

RELATOS ORAIS E REFORMA PSIQUIÁTRICA: INSTAURANDO RASURAS E PRODUZINDO DISCURSOS.

Fátima Saionara Leandro Brito*

Universidade Federal de Pernambuco – UFPE

saionaralleandro@hotmail.com

A busca incessante pela verdade, – característica das ciências ditas positivistas – elaborada sob a influência do pensamento cartesiano, terminou por afastar a história das inúmeras possibilidades de produção de verdades que estariam, por assim dizer, contida em sua escrita por meio da argumentação. Argumentar em demasia significaria afastar-se do seu foco e, desse modo, da verdade do fato. A concepção de verdade presente neste período estava, sobretudo, atrelada aos domínios de uma visão científica, sendo assim, o historiador articulava sua escrita por meio dos registros oficiais, nos quais a Verdade saltava aos olhos do pesquisador, e como tal, não necessitava ser questionada, pois estes registros significavam a prova do acontecimento e o historiador aquele que possuía a legitimidade de revelar a verdade nele contida. A presença de cordéis, de prontuários médicos, de registros de batismos, da literatura, da fotografia, dos relatos orais de memória, da música, entre outras fontes, que vêm sendo abordada pelos historiadores nas últimas décadas, não se fizeram presentes na produção historiográfica do século XIX.

Apenas no momento em que a história se distancia das ciências ditas positivistas, é que se criam condições para a produção de um território teórico/metodológico, no qual os documentos não são mais considerados apenas pelas informações que fornecem, mas, sobretudo, pela sua articulação discursiva e pelas suas condições de produção. É neste território que as fontes trabalhadas na pesquisa histórica atualmente estão situadas, pois elas não existem em si, tampouco revelam uma verdade sobre os acontecimentos, mas são, sobretudo, resultado de uma elaboração produzida pelo próprio pesquisador, possuindo um caráter provisória e mutável, sempre abertas às novas questões.

Com o “abandono” dos documentos oficiais e certos de que as fontes e a escrita não passam de uma elaboração produzida pelo próprio pesquisador e, portanto,

* Aluna do Programa de Pós-Graduação em História pela Universidade Federal de Pernambuco – UFPE, (Nível Mestrado). Pesquisa financiada pelo CNPq.

admitindo a presença de argumentos discursivos em sua construção histórica, alguns historiadores têm abraçado as novas fontes, pois até a mais ordinária ação cotidiana é passível de argumentação e produção histórica. É neste território, por exemplo, que estão situados os recentes debates em torno da loucura, das instituições psiquiátricas e da própria psiquiatria no Brasil.¹

A produção de verdade em torno da *saúde mental* e não mais da *doença mental*, tem deslocado o problema – loucura – da instituição psiquiátrica para o restante da sociedade tida e nomeada como normal. Este deslocamento poderá ser melhor analisado, por meio de um olhar detido nas fontes produzidas pela reforma psiquiátrica, tais como relatórios do Ministério da Saúde, leis e portarias instauradas pelo governo, além disso, a maquinaria dos relatos orais e a veiculação de reportagens nos jornais locais, são importantes fontes que ajudam a produzir uma memória anteriormente inexistente, sobre o tratamento da loucura, na cidade de Campina Grande - PB.

Neste sentido, podemos perceber que as fontes presentes no trabalho do historiador, são frutos de uma historicidade. Se no século XIX tratava-se de dar a ver a verdade dos fatos por meio dos documentos oficiais, o qual tinha como função primeira provar a realidade dos eventos; hoje, podemos contar com as fontes marginais, presente na vida ordinária dos sujeitos comuns, que ajudam a produzir sentidos de verdades, e não mais a verdade incontestável dos fatos.

SITUANDO AS FONTES

Os sujeitos nomeados de loucos foram historicamente construídos como sendo aquele que vaga pelo universo da racionalidade, aquele que balbucia sons indecifráveis para a tão sábia razão. Ele é a voz trêmula e incômoda aos ouvidos daqueles que se dizem sãos; aquele que emite sons mudos diante da surda razão, ele é o sujeito que ameaça a ordem, a normalidade, a sociedade, enfim, ameaça a vida. O sujeito da loucura é o avesso de nós mesmos, ele é aquele com o qual, não queremos falar, ver, tocar,

¹ Este constitui o meu tema de pesquisa para a dissertação de mestrado. A presente pesquisa localiza-se na cidade de Campina Grande no interior da Paraíba e está atenta a abordagem da Reforma Psiquiátrica nas instituições manicomiais aí presentes.

tampouco, trocar experiências, paixões e desejos. Desse modo, foi atravessado por essas relações de recusa, e por um saber autoritário e científico, que estes sujeitos receberam no século XIX, um lugar próprio – os hospícios. Expulsos da vida social, estes sujeitos foram impedidos para as margens, e assim, passaram longos anos recobertos por um silêncio assustador. Mas, um novo paradigma se instaura, através de uma lei promulgada em abril de 2001, a qual estabelece que:

Art. 4º A internação, em qualquer de suas modalidades, só será indicada quando os recursos extra-hospitalares se mostrarem insuficientes.

§ 1º O tratamento visará, como finalidade permanente, a inserção social do paciente em seu meio.

§ 2º O tratamento em regime de internação será estruturado de forma a oferecer assistência integral à pessoa portadora de transtornos mentais, incluindo serviços médicos, de assistência social, psicológicos, ocupacionais, de lazer, e outros.

§ 3º É vedada a internação de pacientes portadores de transtornos mentais em instituições com características asilares, ou seja, aquelas desprovidas dos recursos mencionados no § 2º [...]. (Lei nº 10.216, de 6 de abril de 2001).

Esta lei, que dispõe sobre a proteção e os direitos das pessoas portadoras de transtornos mentais, apresenta-nos o aparecimento de uma nova instituição. Assim, faz-se presente no cenário urbano o CAPS – Centro de Atenção Psicossocial, que tem por função, a assistência ao *louco* sob um caráter não-asilar. Neste sentido, uma descontinuidade se instaura, e as políticas de saúde pública se voltam para os sujeitos nomeados de loucos. Desse modo, a reinserção social toma o lugar da coerção física e moral. Deparamo-nos, portanto, com um processo de desinstitucionalização manicomial, no qual, encontra-se inserido o Hospital Psiquiátrico João Ribeiro na cidade de Campina Grande – PB. Esta cidade do interior da Paraíba toma corpo de forma bastante visível no Relatório de Saúde Mental apresentado ao Sistema Único de Saúde (SUS), referente ao período 2003-2006. Vejamos:

Dentre as experiências importantes de desinstitucionalização e reorganização da rede de atenção em saúde mental ocorridas no período 2003-2006, destaca-se o processo de Campina Grande, no Estado da Paraíba, como exemplar. O Ministério da Saúde obteve liminar na Justiça para intervir no Hospital João Ribeiro, que teve péssima avaliação no PNASH/Psiquiatria² 2002, e deu início à intervenção no hospital que respondia a grande parte da demanda de saúde mental da região da Borborema. O processo de desinstitucionalização dos 176 pacientes do Hospital João Ribeiro teve início em abril de

² PNASH - (Programa Nacional de Avaliação dos Serviços Hospitalares)

2005, com o descredenciamento do serviço da rede SUS em julho de 2005. [...] Num período de menos de 02 meses, um plano de altas, reduziu o número de pacientes. Restando aqueles que já poderiam ser considerados moradores, pois se encontravam entre 02 e 30 anos nas dependências do hospital. (Relatório de Gestão 2003-2006, do Ministério da Saúde, 2007, p. 35)

Campina Grande tornou-se, desse modo, o alvo das políticas da reforma psiquiátrica no Brasil, passando a receber incentivos financeiros do governo federal, para serem instaurados novos programas de atendimento psicossocial, a exemplo, do CAPS (contando atualmente com sete unidades), do Programa de “Volta Pra Casa” e da implantação das Residências Terapêuticas, programas que visam, acima de tudo, à reinserção social destes sujeitos tão marginais que recebem o nome de loucos.

Torna-se possível através destas fontes, observar o aparecimento de uma nova verdade sobre os sujeitos tidos como doentes mentais, mas não apenas isso, emergem juntamente com esta, outras verdades sobre as instituições que os abrigam. Tal é o caso do Hospital João Ribeiro – alvo de nossa pesquisa – que desde sua fundação em 1963 parece ter sido construído com concretos invisíveis, pois entre as pessoas comuns – ou seja, aquelas que não estão envolvidas diretamente na área da saúde mental –, nada se fala sobre esta instituição até o momento em que é legitimada a lei da reforma psiquiátrica no Brasil, também conhecida como Lei Paulo Delgado, sancionada em 2001.

Desse modo, a reforma psiquiátrica através de suas leis, portarias e relatórios, tem ajudado a construir uma memória do Hospital Psiquiátrico João Ribeiro, o qual antes era encoberto por silêncio. Entretanto não se trata de permanecer ao nível da *norma*, ou seja, mesmo reconhecendo a importância de tais fontes, esta escrita não busca apenas se legitimar por meio dos “documentos oficiais” – postos pelo governo. Portanto, utiliza também, os relatos orais de memórias de pessoas que estiveram de alguma forma ligadas com o processo da reforma na cidade de Campina Grande. Trata-se de dar a ver uma outra produção de verdade sobre a instituição, outras vozes que a nossa pesquisa busca retirar do silêncio e do anonimato. São personagens que estimulados pelo novo processo de tratamento aos sujeitos tidos como doentes mentais, começam a construir a memória de uma instituição sobre a qual nada se falava.

Desse modo, as fontes que por meio desta pesquisa foram levantadas, permitem elaborar o seguinte questionamento: como uma instituição que vivia no silêncio começa a emergir por meio da construção de uma memória produzida pela reforma psiquiátrica? É, meio a este questionamento, que os relatos orais ajudam a romper o silêncio amedrontador que circunscrevia esta instituição, trata-se de vozes que rompem o silêncio.

ROMPENDO SILÊNCIOS

Os relatos orais constituem uma importante fonte de análise para o trabalho histórico. Tal fonte pode ser encarada como um evento, e desse modo, submetida a uma análise independente que permita recuperar não apenas os aspectos materiais, mas, sobretudo, a atitude do narrador e sua relação com a história. Não se pode esquecer, entretanto, que os relatos orais não constituem a verdade sobre um determinado evento histórico, mas tão somente, uma forma de interpretação que o sujeito – entrevistado – elabora a partir de suas percepções. A singularidade das histórias de vida de personagem que se abre a uma entrevista constitui uma rica fonte de análise para o historiador, porém, como afirma Alessandro Portelli, torna-se importante lembrar que:

[...] uma história de vida é algo vivo. Sempre é um trabalho em evolução, no qual os narradores examinam a imagem de seu próprio passado enquanto caminham. A dificuldade que entrevistadores (e narradores) muitas vezes encontram em finalizar uma entrevista mostra uma compreensão de que a estória que estão contando é aberta, provisória e parcial. (PORTELLI, 2004, p. 298).

Neste sentido, o historiador que trabalha com relatos orais, deve estar atento, pois se relaciona com fontes vivas que estão se resignificando constantemente. Desse modo, um problema se impõe: como tratar, de um lado, as existências fluídas que estão sempre em processo de reelaboração de si; e, por outro lado, uma história produzida pelo pesquisador que a congela por meio de sua escrita? Este é um dos problemas levantado por Pierre Nora que dialogando com Maurice Halbwachs aborda o conceito de memória enquanto vida e movimento e, portanto, estando em constante reformulação. Para ele, o conceito de memória já não existe mais, em seu lugar encontramos a história que não se

dá através de movimentos, mas de congelamento; que não se refaz, mas que apenas se fez em dado momento. Assim, em oposição à memória, a história não é vida. Neste sentido, a memória passou a ocupar um lugar, pois o seu caráter não é mais o da dinâmica da vida, ela necessita de um local onde possa repousar e tal qual um cadáver, tornar-se gélida e paralisada.³ Ouso afirmar, apoiada em sua perspectiva que o lugar da memória é um túmulo cavado no cemitério da história.

Tudo que é chamado hoje de memória não é, portanto, memória, mas já história. Tudo o que é chamado de clarão de memória é a finalização de seu desaparecimento no fogo da história. A necessidade de memória é uma necessidade de história. (NORA, 1993, p. 14).

As reflexões de Nora em torno da história, estilham o lugar comum, no qual memória e história atendem à mesma significação. Neste sentido, um novo desafio é posto para as pesquisas que agrupam na escrita, as questões de memória e de história. Assim, alguns questionamentos tornam-se possíveis, ao se trabalhar com as memórias de um determinado grupo, até que ponto estas estarão vivas no trabalho do historiador? Na medida em que a escrita instaura lugares de memória, não estaria ela assumindo o papel de assassina destas memórias?

Memória viva, escrita assassina e história morta, eis os desafios a serem enfrentados, quando a proposta é a de trabalhar com temas que agrupam tais conceitos. É preciso antes, desnaturalizá-los e entender que estes, são resultados de combates e apropriações de significados, e que tais conceitos, são preenchidos de acordo com as exigências e expectativas de determinados grupos. Produzir deslocamentos quando se trabalha com memórias, torna-se, sobretudo, o movimento mais desafiador da escrita do historiador, distanciá-las da paralisia histórica, ou tirar a própria história do estado de paralisia e dos lugares onde encontram-se penduradas tais memórias, não constitui uma tarefa fácil. Entretanto, o exercício do historiador/pesquisador se dá através de inquietudes e de abalos produzidos no solo por sobre o qual repousam os conceitos carregados de naturalidade. Estilhaçá-los é a palavra de ordem!

³ Sobre esta discussão Cf. NORA, Pierre. **Entre Memória e História: A Problemática dos Lugares**. In: Projeto História: Revista do Programa de Estudos Pós-Graduados em História e do Departamento de História da PUC/SP. n.º 10. São Paulo, 1993.

Diante deste desafio, a busca por relatos orais de memória de personagens que estiveram de alguma forma, envolvidos com a reforma psiquiátrica na cidade de Campina Grande no interior da Paraíba, tem constituído uma importante fonte para a análise deste processo. Trago para este artigo trechos de duas entrevistas que jugo bastante importante para este debate. A primeira entrevista é a de João Virgínio Ribeiro que atuava como diretor na época da intervenção pela qual passou o Hospital João Ribeiro no ano de 2005. Intervenção esta, realizada pela equipe de psiquiatria do Ministério da Saúde. A segunda fala é da mãe de um paciente que já fez tratamento nesta instituição, e que hoje elabora uma imagem daquele espaço hospitalar. Mediante o pedido desta personagem para que fosse preservada sua identidade, optei por criar um nome fictício e passei a nomeá-la de Josefa.

Vejamos as impressões de João Virgínio em torno da intervenção:

A intervenção ela foi violenta de mais, ela foi abrupta de mais, ela entrou com um discurso e realizou totalmente diferente, então houveram discussões a respeito disso, eu costumo dizer que foi uma ação completamente, além de abrupta, ilegal, porque uma coisa e você intervir, você Governo Federal intervir numa instituição federal, é normal, uma intervenção, por exemplo, numa maternidade municipal de Campina Grande que é uma instituição pública, mas você pega uma instituição como esta, hoje que é uma instituição particular, uma instituição privada, então você abre as portas pra uma intervenção que se prontificou a fazer as adequações, que eles falavam muito em adequação às normas do PNASH que era com essa portaria que saiu de ressocialização do pacientes e tirar do manicômio. Então eles não fizeram nada do que prometeram, agente se prontificou, de repente eles agilizaram uma ação na Justiça Federal, obrigando que nos retirássemos daqui, e foi uma coisa assim, arbatadora mesmo, foi uma coisa! Nos expulsaram de uma coisa que é nossa, ta entendendo?

A fala de João Virgínio instaura um olhar sobre a reforma psiquiátrica, trata-se de alguém que foi diretamente afetado por este processo. Para ele, esta reforma constitui um ato de violência e uma ação ilegal, na medida em que, utiliza-se do poder para instaurar a *norma* e a *ordem*, entretanto, realizaram um movimento contrário. Além disso, em seu relato o discurso instaurado por este processo é um discurso falso, pois segundo João Virgínio eles produziram argumentos que pudessem legitimar suas ações neste processo de intervenção, porém realizaram “totalmente diferente”. Neste sentido, por meio destas palavras ele emite a possibilidade de desconfiar da linguagem, pois em sua

fala, pode-se perceber que as palavras emitem “efeitos de verdade” ou “sentidos de verdade”, estando, deste modo, num contínuo movimento e em constante fluxo de significações. Isso acontece quando ele se dá conta de que um processo que buscava legitimar sua ação por meio de uma linguagem que se propõe a *ordem* e a *normatização* repentinamente estabelece a *desordem*. Em seguida:

Então, foi um período horrível que eu passei aqui dentro, horrível, foi uma situação constrangedora e humilhante, que eu passei aqui dentro, foi uma coisa assim, impressionante. Eu nunca conversei isso com ninguém, estou conversando com você, assim a imprensa chegava e eles falavam na versão deles, as minhas palavras. No início tudo foram flores, porque quando eles decretaram a intervenção, não sei como a imprensa ficou sabendo e já chegou aqui na porta, até mesmo antes de eu saber e chegaram aqui de bolo, chegaram de bolo aqui, e quando o interventor chegou, aliás não foi o interventor, foi o presidente do PNAS, chegou, desceu do carro e já foi assim cercado por repórteres e a conversa dele é que vinha ver as instalações do hospital.

Um período de terror pode ser constatado, por meio de sua fala, os fios de suas lembranças nos mostram as marcas deste processo que foram produzidas em sua existência. Trata-se de um momento de violência, como ele mesmo nomeia, onde no início tudo eram “flores” e em seguida essas flores parecem murchar quando é decretada a intervenção. Flores que passam a não ter cores e a não exalarem mais perfumes, quando o solo daquela instituição parece rachar e junto com ele a segurança de quem estava a frente da direção. Um movimento da memória, produzido, por meio de um encontro, onde de um lado está a pesquisadora/entrevistadora ávida por escutar um relato sobre o tema analisado e; do outro, um entrevistado articulando por meio de sua memória uma verdade sobre a intervenção psiquiátrica, ou seja, uma fala produtora de sentido. É do choque deste encontro que flui uma história singular, uma história dentre tantas outras possíveis. Os relatos orais têm esta particularidade, eles são fruto de um encontro único e de um momento igualmente singular, como podemos ver na fala de João Virgínio “Eu nunca conversei isso com ninguém, estou conversando com você [...]”, trata-se de uma história produzida, por meio de um choque, de um encontro e de um momento.

As lembranças estão para o passado como o relâmpago no presente, ou seja, aparecendo num instante ínfimo e deixando feixes de luz que se esvaecem, mas que,

marcam profundamente a existência dos sujeitos que rememoram. Neste sentido, quando convidados a relatar novamente os relampejos da memória, os feixes de luz já não ocupam mais o mesmo espaço e não assumem mais a mesma forma.

Para Marcel Proust a memória depende da maneira como os eventos afetam a cada um de forma distinta. Os interesses de cada um tornam diversas as memórias, assim, enquanto uma pessoa terá dado “meia atenção” a um incidente, outra poderá ter guardado profundos remorsos.⁴ Pode-se afirmar então, que a memória depende da existência de cada um, e que, portanto, não há UMA memória de um tempo, mas lembranças várias que atravessam os sujeitos que rememoram de acordo com o seu estar no mundo, com as suas experiências de vida e, sobretudo, a sensibilidade que o permite ou não ser afetado. Neste sentido, o relato de Dona Josefa é uma outra percepção sobre a instituição, não especificamente sobre o processo de intervenção, mas sobre a memória construída por ela daquele espaço hospitalar nos momentos em que visitava o filho interno,

O irmão da minha vizinha ele saiu de lá porque matou um lá, botaram ele pra João Pessoa. Meu filho pegou sarna lá, coceira, trocava as roupas lá, aí pegou sarna, coceira, aí quando chegou aqui foi que as meninas do hospital, mandaram eu comprar remédio, um sabonete pra ele ficar tomando banho porque ele tava todo cheio de sarna, se coçando. Pegou um bocado de coisa lá, nem televisão eles assistia lá, eles eram como um bocado de bicho lá trancado, de ano em ano, é que tinha uma festinha pra eles, de ano em ano, é que eles botavam, sabe? Uma festinha pra eles, mas acho que ninguém gostava dali não, só podia levar o lanche, só duas vezes por semana, não tinha onde deixar pra entregar, mas lá não era como aqui não. [...] eu lembro mais assim, daquele povo gritando, chorando, pedindo pra sair, aquela zoada, acho que eles brigavam lá, aqui eles brigam também, mas aqui tem os seguranças pra apartar as brigas e colocar de castigo e lá, parece, eu não sei não, eles não eram bem tratados não. Teve uma vez que o médico chegou, era assim ó! Bem longe deles fazendo a receita, eu vi com os meus olhos, não chegavam nem perto do médico, aí os médicos receitava sem nem examinar eles direito. O médico que eu vi receitando lá era assim, bem longe deles, fazendo aquelas receitas e eles tudo ali na fila e dava ali, e pronto!

Aqui temos uma memória construída por uma mãe surpresa diante do tratamento destinado aos pacientes na instituição psiquiátrica que sofreu a intervenção, a entrevista realizada em uma outra instituição psiquiátrica da cidade, a qual a esta mãe serve de

⁴ Sobre esta discussão Cf. PROUST, Marcel. **O Tempo Redescoberto**. 15ª ed. São Paulo: Globo, 2004.

referência para lembranças do antigo Hospital João Ribeiro. O espaço hospitalar elaborado por meio de sua memória é produzido como um lugar aterrorizante, de descaso e desumanidade para com os sujeitos nomeados de doente mental. A distância presente entre a autoridade do saber – o médico – e o paciente é visível em sua fala, o médico era aquele que sequer chegava perto dos pacientes, que não precisava sequer examiná-los para receitá-los. As marcas presentes em seu relato não se dão apenas em relação aos gritos emitidos pelos pacientes, pela sujeira presente no corpo deles ou pelo fato de não poder deixar lanche e roupas, mas estas marcas atravessavam o próprio corpo de seu filho, através das doenças de pele adquiridas naquele ambiente. As diversões realizadas na atual instituição em que seu filho encontra-se internado era algo inexistente naquele hospital, lembrança que se contrapõe à fala do antigo diretor, quando por meio de sua memória, afirma:

[...] vou falar pra você o seguinte, aqui os pacientes eles tinham livre trânsito, ninguém ficava trancado, ninguém fazia nada até porque a estrutura física é enorme, o pessoal passava o dia todo aqui, nós tínhamos aqui as quinta feiras e aos sábados, jogos de futebol, os pacientes jogavam, São João, nós fazíamos o São João, fazíamos o Encontro da Nova Consciência, nós tínhamos um mini-teatro aqui atrás, fazia balé com eles, São João nós fazíamos São João, nós fazíamos micarande, agente tinha toda uma programação, trazia uma banda musical pra cá, e ficava com eles passeando por aqui, fazia tipo um bloco. No São João era quadrilha, era comidas, era trio de forró aqui que tinha pra eles, ta entendendo?

Trata-se de múltiplas produções de verdades que se instauram em torno do antigo Hospital Psiquiátrico João Ribeiro. Memórias produzidas por existências distintas, afetações igualmente distintas, mas que ajudam a construir uma história ou várias histórias de uma instituição que repousava no silêncio. Neste sentido, apoiando-se em Maurice Halbwachs (1993) quando ele trata da memória coletiva, pode-se afirmar que não há uma memória universal sobre o ocorrido, cada grupo localmente definido tem suas próprias memórias e as relacionam com a experiência de vida de cada indivíduo. Da mesma maneira como não existe um tempo e uma memória universal, a história também não corresponde a uma unidade que abarca todos os grupos indistintamente, a história é feita da aglutinação de outras histórias.

Desse modo, a história que a partir da intervenção ocorrida nesta instituição começa a ser tecida, também recebe a contribuição da veiculação de reportagens nos jornais locais, pois muitas histórias começam a ser produzidas e uma memória multifacetada passa a ser elaborada. A manchete do jornal Correio da Paraíba do dia 28 de abril de 2005, traz na capa ao lado de uma fotografia que mostra pacientes andando nus, o seguinte título: “Doentes nus e abandonados levam o MS a intervir no JR” logo em seguida:

Interventores do Hospital Psiquiátrico João Ribeiro em Campina denunciaram “caos” no lugar, ontem. Doentes mentais estão abandonados. Camas não têm colchão e o banho feito com uma mangueira, é em grupo. Ministério da Saúde prometeu “mudança radical”. [...] embora não seja privilégio de Campina Grande, o caso do “João Ribeiro” extrapolou os limites da tolerância humana. (Correio da Paraíba, 28 de abril de 2005).

No trecho desta reportagem se estabelece mais uma fala sobre esta instituição. O Correio da Paraíba, jornal que circula na capital do estado, demonstra que a repercussão do caso tomou proporções ainda maiores, pois o lugar que esta reportagem ocupa na edição deste jornal é de excepcionalidade, na medida em que vem estampada logo na capa do jornal e segue com uma extensa matéria na coluna intitulada “cidades”. Podemos observar como o Hospital Psiquiátrico João Ribeiro toma corpo, por meio das mais diversas falas presentes na sociedade. Vozes, sussurros e gritos emergem por meio de uma discussividade que dar a ver uma instituição do terror, onde o “caos” impera e a aquilo que se institui como sendo norma para a reforma psiquiátrica, necessita ser posto em prática.

Sendo assim, os relatos orais de memória constituem uma importante fonte para a análise da reforma psiquiátrica, sobretudo, quando estes relatos possibilitam ir além do discurso presente no saber médico psiquiátrico, o qual tem a autoridade e legitimidade de estabelecer normas e definir padrões. Os relatos orais de sujeitos que sentiram os efeitos diretos desse processo a exemplo de dona Josefa, e de alguns pacientes e de funcionários, nos permite migrar dos documentos postos pelo governo como leis, portarias e relatórios, para ir aos recantos deste processo, ou seja, coletar relatos de pessoas “comuns” que foram, de algum modo, afetadas. Entretanto, torna-se importante

como afirma Daniel James “[...] aprender a ler estes relatos, como textos repletos de signos, sem querer fazer deles um reflexo verdadeiro de um período ou encontrar neles uma certa coerência de uma vida repleta de complexidades.” (JAMES, 2004, p. 14). Apoiando-se neste autor, pode-se afirmar que os relatos orais, não podem ser entendidos como vidro transparente através do qual se vê o passado, mas enquanto, uma construção ao mesmo tempo subjetiva, social e ideológica sobre o passado.

REFERÊNCIAS

HALBWACHS, Maurice. **A Memória Coletiva**. São Paulo: Centauro, 1993.

JAMES, Daniel. **Doña María**: história de vida, memória e identidade política. Buenos Aires: Manantial, 2004.

NORA, Pierre. **Entre Memória e História**: A Problemática dos Lugares. In: Projeto História: Revista do Programa de Estudos Pós-Graduados em História e do Departamento de História da PUC/SP. nº 10. São Paulo, 1993.

PORTELLI, Alessandro. **“O momento da minha vida”**: funções do tempo na história oral. In: FENELON, Déa Ribeiro. (et al). **Muitas Memórias, Outras Histórias**. São Paulo: Olho d'Água, 2004, p. 298.

_____. **A filosofia e os Fatos**. Revista Tempo, Rio de Janeiro, vol. 1, nº2, 1996, p. 59-72.

_____. **Sonhos Ucrônicos**: Memórias e possíveis mundos dos trabalhadores. In: Projeto História: Revista do Programa de Estudos Pós-Graduados em História e do Departamento de História da PUC/SP. nº 10. São Paulo, 1993.

PROUST, Marcel. **O Tempo Redescoberto**. 15ª ed. São Paulo: Globo, 2004.